

REQUERIMENTO Nº
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa- CDH

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Direitos Humanos realize AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliar denúncia de ameaças de morte porque passa Irmã Marie Henriqueta, coordenadora da Comissão de Justiça e Paz, da Comissão Nacional dos Bispos do Brasil, Regional N2, bem como discutir possíveis providências para o caso.

Para tanto, solicito que sejam convidados:

Irmã Marie Henriqueta – Comissão de Justiça e Paz/CNBBN2;
Fernando Antonio dos Santos Matos – Departamento de Defesa dos Direitos Humanos/Coordenação – Geral de Proteção aos Direitos Humanos;
Luiz Fernando Rocha - Secretário de Segurança do Estado do Pará;
Dom Jesus Maria Cizaurre Berdonces – Presidente da CNBBN2;
Dom Dimas Lara Barbosa – Secretário Geral da CNBB;
Dra. Mary Lúcia do Carmo Xavier Cohen – Secretária da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB;
Sra. Dira Paes – Presidente da ONG Humanos Direitos.

Sala de Reuniões da Comissão, de março de 2011.

Senadora **MARINOR BRITO**

PSOL - Pará

JUSTIFICAÇÃO

Irmã Henriqueta, como é conhecida na região Norte faz parte da Congregação Maria Menina e possui forte atuação no campo dos Direitos Humanos nos Estado do Pará e Amapá, Estados que fazem parte da Seção Regional Norte II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que congregam 14 dioceses.

Atua como coordenadora da Comissão de Justiça e Paz onde recepciona denúncias da população sobre violência sexual contra crianças, tráfico de pessoas, pirataria nos rios e ameaças de morte à lideranças dos movimentos sociais. Por conta dessa atuação, a própria Irmã Henriqueta entrou na lista de pessoas ameaçadas.

Informações veiculadas no informativo eletrônico da CNBBN2 apontam que somente em 2011 mais seis pessoas foram ameaçadas de morte no estado. No caso da irmã Henriqueta, há uma preocupação adicional com a condição de abrigo do Regional, pois a sede do Regional Norte 2 da CNBB, em Belém, é o primeiro lugar onde os afligidos pelos crimes de pedofilia e tráfico de seres humanos procuram para relatar os crimes bárbaros de que foram vítimas.

Foi solicitado pedido de proteção ao Secretário de Segurança Pública do Pará, a mesma foi inscrita no Programa de Proteção, mas a proteção ainda não se efetivou, ocasionando tensões e preocupações para os envolvidos, dado o alto grau de violência no Pará.

Vale ressaltar que as várias Comissões Parlamentares de Inquérito, que foram instauradas no âmbito Municipal - na Câmara Municipal de Belém - PA, na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, e no Senado Federal, com a finalidade de **apurar a prática de violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes**, constataram de forma incidental a triste realidade do tráfico de seres humanos no Brasil, em especial, na Região Norte.

A título de exemplo, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Pedofilia, instalada em 2008 no Senado, aponta dados importantes no Pará, que tem uma disseminação desta problemática nos 143 municípios paraenses. Muitos dos crimes foram desencadeados ainda com os projetos de desenvolvimento para Amazônia dos anos de 1960, 1970 e 1980. Numa atualização dos dados, o Centro Integrado de Atenção a Vítimas de Violência registrou que a cada dia, dois menores são vítimas de algum tipo de assédio. De 2004 a 2008, foram 3.558 casos de violência, sendo 3.057 contra menores. A maioria dos casos tem ocorrido nas cidades de Belém, Breves, Curralinho, Ilha do Marajó e Portel. No Amapá, as investigações foram realizadas em Macapá e Oiapoque, abrangendo principalmente as denúncias de tráfico de pessoas. As vítimas têm dificuldade em denunciar os crimes, pois só há delegacias especializadas neste atendimento nas cidades.

Senadora **MARINOR BRITO**

PSOL - Pará